

**EUROPA 2014**  
**É POSSÍVEL UM NOVO INÍCIO?**  
**A contribuição de uma experiência**

Às vésperas das eleições europeias de 25 de maio, a opinião pública parece dividida entre os que fazem pressão para sair da União Europeia (UE) e os que consideram inútil votar, porque o voto, de fato, não vai alterar nada. Apesar de não faltarem defensores da UE, respira-se uma sensação predominante de frustração: a Europa já não aparece como um centro, mas como uma grande periferia do mundo globalizado. Porém, **na esteira do Papa Francisco, precisamente o ser ou o sentir-se “periferia”**, se entendida na sua profundidade, não poderá constituir **a ocasião para recuperar uma atitude positiva** e dar-nos uma oportunidade de mudança?

### **QUAIS SÃO OS FATORES DESSA OPORTUNIDADE?**

A Europa nasceu e cresceu em torno de algumas grandes coisas que marcaram a história do mundo e que evidenciam o alcance da fé cristã para a vida dos homens. Dom Giussani as recordava em 1986:

- “O valor da *pessoa*, absolutamente inconcebível em toda a literatura mundial;
- O valor do *trabalho*, que em toda a cultura mundial, na cultura antiga, mas também na concepção de Engels e Marx, é encarado como escravidão, ao passo que Cristo define o trabalho como a atividade do Pai, de Deus;
- O valor da *matéria*, ou seja, a abolição do dualismo entre um aspecto nobre e um aspecto desprezível da vida da natureza;
- O valor do *progresso*, do tempo carregado de significado, pois o conceito de história exige a ideia de um desígnio inteligente;
- A *liberdade*. O homem não pode conceber-se livre em sentido absoluto: como antes não existia e agora existe, necessariamente depende. A alternativa é muito simples: ou depende d’Aquilo que faz a realidade, ou seja, de Deus, ou depende da casualidade do curso da realidade, ou seja, do poder”.

### **1. O VALOR DA EUROPA UNIDA**

Na sucessão dessas grandes coisas que fundaram historicamente a Europa surge também o projeto de uma Europa Unida, como sublinha padre Julián Carrón: “O que permitiu aos pais da Europa encontrar disponibilidade para se falarem, para construírem algo em conjunto, mesmo após a Segunda Guerra Mundial? A noção da impossibilidade de eliminar o adversário tornou-os menos presunçosos, menos impermeáveis ao diálogo, conscientes da sua própria necessidade; começou-se

a dar espaço à possibilidade de **entender o outro, na sua diversidade, como um recurso, um bem**” (*la Repubblica*, 10 de abril de 2013). **No segundo pós-guerra os líderes dos países que pouco antes se haviam combatido** (De Gasperi, Schuman, Adenauer) decidem pôr de lado todos os sentimentos de vingança ou de superioridade e **lançam as bases para uma paz de longo prazo** conjugando os respectivos interesses econômicos. Para compreender a dimensão excepcional do que aconteceu na Europa nessa época conturbada basta pensar no que aconteceu após a Primeira Guerra Mundial, após as guerras napoleônicas ou as guerras de religião: nunca existiu verdadeira paz, mas uma tensão contínua que preparava as guerras seguintes. A Europa Unida nasce em um ponto muito preciso e concreto: o acordo de 1951 para a gestão do carvão e do aço (CECA), por todos reconhecido como exemplo de uma nova forma de se tratarem uns aos outros. Na criação do primeiro projeto europeu a força ideal foi um fator decisivo, capaz de mudar o curso dos acontecimentos. Ao contrário do que ocorre atualmente, o objetivo não se restringia à economia. Aquele acordo econômico constituía realmente o primeiro passo para um objetivo bem maior: a paz (parceiros que cooperam e fazem trocas comerciais entre si não tendem a fazer guerras) e, com a paz, uma ajuda mútua a fim de que cada um pudesse buscar o bem próprio e o bem comum.

**A perseguição desse mesmo objetivo renova-se na segunda passagem histórica da Europa contemporânea**, que se verificou em 1989 com a queda do Muro de Berlim e foi determinado também pela força de um ideal. Poucos, no Leste e no Ocidente, teriam apostado na possibilidade de uma superação pacífica da divisão da Europa em dois blocos, que tão dramaticamente marcou a história do Velho Continente. Václav Havel, que veio a ser o primeiro presidente da Tchecoslováquia pós-comunista, no seu livro *O poder dos sem poder*, publicado em 1979, defendera que o problema da vida sociopolítica era o domínio da mentira da ideologia e que a verdadeira resposta à situação não seria um revolução violenta, nem uma simples reforma política ou a mera superação do totalitarismo em favor de uma democracia parlamentar, mas **uma vida, pessoal e social, jogada na busca da verdade**. No testemunho de Havel parece evidente que **os fatores que mudam a história são os que passam pelo coração do homem**.

## 2. A CRISE

A atual crise de “consciência europeia”, em concomitância com a crise econômica, mostra que aquilo que deu vida à Europa Unida deixou de ser um dado evidente, um pressuposto reconhecido por todos como condição para enfrentar os desafios que a realidade nos coloca. Tal como ocorreu no passado, também nós, europeus de 2014, **temos de reconquistar as razões de uma unidade em nada óbvia e da qual se pode sempre regressar**. De fato, como afirma Bento XVI, “um progresso por adição só é possível no campo material. Contudo, no âmbito da consciência ética e da decisão moral, não há essa possibilidade de adição, simplesmente porque a liberdade do homem é sempre

nova e deve sempre tomar as suas decisões de novo. **A liberdade pressupõe que, nas decisões fundamentais, cada homem, cada geração seja um novo início**” (*Spe salvi*, 24).

É esta, portanto, a grande possibilidade que a crise nos proporciona a nós europeus: reconquistar as razões do nosso “existir comunitariamente”. Trata-se de um desafio obrigatório, e o motivo é ainda Bento XVI que nos recorda: “Visto que o homem permanece sempre livre e dado que a sua liberdade é também sempre frágil, **não existirá jamais neste mundo o reino do bem definitivamente consolidado**. Quem promettesse o mundo melhor que duraria irrevogavelmente para sempre, faria uma promessa falsa; ignora a liberdade humana”. **Por outras palavras: “as boas estruturas ajudam, mas por si só não bastam**” (*Spe salvi*, 25).

Há um elemento que hoje torna o caminho ainda mais árduo: deixamos de ter a mesma consciência da profundidade da necessidade humana que os pais fundadores tinham, deixou de haver uma pulsão ideal e passou a dominar uma lógica de puro interesse.

Ir à raiz da crise procurando **compreender todos os fatores em jogo é a única via para reencontrar a nova consciência que a Europa de hoje precisa**. É justamente para nós, europeus, que se tornou vital promover um debate real sobre o presente e o futuro do Velho Continente, julgando se os esforços feitos até aqui foram adequados à natureza da crise. Isso respeita tanto à economia como aos desafios antropológicos. Pretender resolver unicamente com instrumentos jurídicos as graves questões antropológicas que temos enfrentado é tão ineficaz como ilusório. Como se torna evidente, **face aos problemas mais radicais da existência humana, a solução “não advém diretamente enfrentando os problemas, mas aprofundando a natureza do sujeito que os enfrenta**” (Dom Giussani, 1976).

O esquecimento desse nível está na origem daquela crise do humano que enfraqueceu a consciência dos fins. Assim, com o tempo, os meios (economia, lucro, finança) passaram a ser a finalidade e a união econômica europeia transformou-se num mero pacto de interesses inevitavelmente divergentes. Ressurge a Europa dos Estados, que já não fazem guerras entre si com canhões, mas sim com as armas da economia e da finança, e estão divididos em muitas questões cruciais: o relacionamento com os países do Mediterrâneo, a imigração clandestina, as dívidas soberanas, as operações de manutenção de paz, a solidariedade com os parceiros com maiores dificuldades.

A falta do ímpeto ideal e da consciência dos fins produziu consequências inclusivamente no funcionamento da Europa enquanto instituição: os organismos europeus cresceram sobre si mesmos, muitas vezes inchando desmedidamente e originando uma espécie de monstro tecnocrático que parece decidido a vergar a realidade às suas exigências. Afirma-se, portanto, uma percepção cada vez mais generalizada de ineficácia das estruturas europeias: se até 2008 (ou seja, até à

explosão da crise financeira) a opinião sobre a credibilidade das instituições europeias era muito positiva, superior à que se referia aos Estados nacionais, hoje – segundo as sondagens – 70% dos cidadãos europeus considera as estruturas europeias (a Comissão, o Conselho, o Parlamento) inadequadas às exigências das pessoas e da vida social.

Segundo Joseph Weiler, um dos mais conceituados especialistas das dinâmicas europeias, a Europa sofre de um déficit político: falta uma autêntica vida política europeia porque falta uma dimensão ideal; tendo-se jogado tudo na economia e, não tendo esta última efetivamente decolado, as pessoas perguntam-se: “Para que a Europa serve?”.

**Simultaneamente cresce uma ideia de Europa como espaço cultural e político relativista, cujas estruturas tentam tornar lícita e mesmo fonte de direitos qualquer aspiração individual desligada do problema do que seja a pessoa humana.**

Terão porventura razão os eurocépticos que querem abandonar a União Europeia por considerarem derrotado e já ultrapassado o sonho dos pais fundadores?

### **3. A PESSOA, CONDIÇÃO PARA A EUROPA**

Existe alguma via de saída? Sim, e é recomeçar a partir daquela posição que deu origem à Europa e à Europa Unida. Os interesses econômicos por si sós não bastam para recomeçar: é necessário redescobrir o “outro como sendo um bem, e não um obstáculo, para a plenitude do nosso eu, na política assim como nas relações humanas e sociais” (padre Carrón). A única coisa que edifica é o “amor ao reflexo da verdade que se encontra em qualquer pessoa. Este é um fator de paz, de construção de uma morada humana, de uma casa que possa também servir de refúgio ao desespero extremo” (Dom Giussani, 1995).

**A recuperação de uma consciência adequada do humano, daquilo que é essencial à realização dos indivíduos e dos povos, pode dar-se em lugares que despertem o eu de cada um, o eduquem a uma relação adequada com a realidade (seja esta qual for), lhe façam discernir existencialmente a centralidade, unicidade e sacralidade de cada pessoa:** são aqui convocadas a bimilenária experiência da comunidade cristã e todas as realidades sociais inspiradas em ideais laicos e religiosos. Só uma concepção do homem como realidade irreduzível, “relação com o infinito” (Dom Giussani), pode juntar pessoas diferentes em termos de etnia, estrato social, cultura, religião e ideologia política, com vista a uma real integração que derrube todos os guetos e seja portadora de desenvolvimento.

**A partir dessas preocupações é preciso abrir um amplo diálogo sobre como a UE deverá evoluir nos próximos anos,** envolvendo todos os cidadãos, e sobretudo as futuras gerações, que já

aos milhares deixam os seus países de origem e se sentem em casa onde quer que vão estudar ou trabalhar.

Isso produz um também reflexo importante a nível institucional. No malogrado discurso para a Universidade La Sapienza de Roma, em 2008, Bento XVI declarou partilhar o juízo do filósofo Jürgen Habermas “quando afirma que a legitimidade de uma carta constitucional, como pressuposto da legalidade, derivaria de duas fontes: da participação política igualitária de todos os cidadãos e da forma razoável como são resolvidos os contrastes políticos. A propósito da referida “forma razoável”, observa ele que a mesma não pode ser somente uma luta por maiorias aritméticas, mas há de caracterizar-se como **um “processo de argumentação sensível à verdade”**“, ou seja, **uma tensão contínua para descobrir toda a centelha de verdade que se manifesta no encontro com o outro**. A verdade, de fato, nunca é uma propriedade individual que se possa brandir como uma maçã contra os outros, mas emerge na dinâmica do encontro humano: **“a verdade é uma relação!** E tanto é assim, que cada um de nós capta a verdade e a exprime a partir de si mesmo: da sua história e cultura, da situação em que vive, etc. Isto não quer dizer que a verdade seja variável e subjetiva. Longe disso! Significa, sim, que ela se nos dá sempre e só como um caminho e uma vida” (Papa Francisco, “Carta a Eugenio Scalfari”, *la Repubblica*, 11 de setembro de 2013). Isso supera o relativismo, salvaguardando precisamente aquilo que o relativismo queria valorizar: a diversidade, a alteridade.

Na medida em que recorrermos a uma experiência não reduzida do homem pode-se fundar a política europeia já não no confronto de interesses opostos e num relativismo que desemboca no niilismo, na indiferença de todos por tudo, mas num **uso da razão “sensível à verdade”** e num **realismo que reconhece o outro como um bem para si e não como uma ameaça**. Como escreve o Papa Francisco, “o nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma *atenção* prestada ao outro “considerando-o como um só consigo mesmo”. Esta atenção amiga é o início duma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, desejo procurar efetivamente o seu bem” (*Evangelii Gaudium*, 199).

Neste sentido, os organismos europeus deveriam ser os primeiros a **estruturar-se no sentido de uma subsidiariedade real**. Isso favoreceria a responsabilidade de cada um (pessoas, grupos sociais, Estados), **evitando a ilusão de que as respostas venham sempre e de alguma forma do alto**. Uma Europa que percebesse isto não tenderia a fechar-se à imigração; não poria em prática somente a austeridade, mas também a solidariedade na economia; não se fecharia em nacionalismos irrealistas e anti-históricos; não promoveria uma legislação resolvida a desfazer todos os vínculos

cultivando a obsessão pelos novos direitos individuais; não avalizaria a hostilidade aos credos e em particular à fé cristã (traindo precisamente aquilo que, na história, edificou e tornou grande a Europa).

“Às vezes interrogo-me sobre quais são as pessoas que, no mundo atual, realmente se preocupam mais em **dar vida a processos que construam um povo do que com obter resultados imediatos que produzam ganhos políticos fáceis**, rápidos e efêmeros, mas que não constroem a plenitude humana. A história julgá-los-á talvez com aquele critério enunciado por Romano Guardini: ‘O único padrão para avaliar justamente uma época é perguntar-se até que ponto, nela, se desenvolve e alcança uma autêntica razão de ser a *plenitude da existência humana*, de acordo com o caráter peculiar e as *possibilidades* da dita época’. [...] Como crentes, sentimo-nos próximo também de todos aqueles que, não se reconhecendo parte de qualquer tradição religiosa, buscam sinceramente a verdade, a bondade e a beleza, que, para nós, têm a sua máxima expressão e a sua fonte em Deus. Sentimo-los como preciosos aliados no compromisso pela defesa da dignidade humana, na construção duma convivência pacífica entre os povos e na guarda da criação” (*Evangelii Gaudium*, 224.257).

Aqui se coloca a contribuição fundamental que a fé pode dar à vida pública “ampliando a razão”, como nos recordou Bento XVI. **A colaboração do cristianismo é antes de tudo a educação a considerar a realidade em todos os seus fatores** e, por conseguinte, a recuperar aquele ímpeto ideal originário que se dissipou com o tempo. Essa é a verdadeira emergência atual. **Se não for surda a esse chamado, a Europa poderá renascer** e, assim, esperar voltar a ser o “mundo novo”, exemplo e modelo para todos. A contribuição que uma cultura europeia renascida pode oferecer a todo o mundo é **voltar a colocar no centro a pergunta sobre o que faz um ser humano ser e sentir-se como tal.**

**Março de 2014**

**COMUNHÃO E LIBERTAÇÃO**